

Os Meandros da Teoria *Queer* e a Urgência de um Campo Escolar Hospitaleiro às Precisões Trans: Revisão Narrativa do Estado da Arte

Dandara Camélia da Silva Domingues¹
Sandra Regina Mota Ortiz²
José Alberto Roza Júnior³
Priscila Larcher Longo⁴
Rodrigo Jorge Salles⁵

Resumo: Ao destacar a escola como um campo de elaboração de conceitos e disciplinas, há apontamentos teóricos sobre humilhações e violações aos corpos transgêneres e de situações que contribuem para o fracasso e evasão dessa população. Dito isso, este artigo buscou compreender as contribuições da teoria *queer* na reestruturação de conceitos e práticas pedagógicas, com o objetivo de promover um ambiente escolar mais hospitaleiro e inclusivo para as pessoas trans. Para o seu desenvolvimento, realizou-se uma pesquisa narrativa a partir de bases de dados (SciELO, Google Academic, catálogo de teses & dissertações da CAPES e bibliotecas de

¹ Cientista Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Psicóloga pela Universidade São Judas Tadeu (USJT) e Mestranda pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu (PGCE/USJT). Email: psidandaradomingues@gmail.com.

² Bióloga pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Doutora em Fisiologia Humana pelo Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB-USP), Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu (PGCE/USJT). Email: sandra.ortiz@saojudas.br.

³ Psicólogo pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Psicanalista, Mestre em Psicologia Aplicada pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (IP-UFU), Doutor em Psicologia do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP) e Professor Universitário da Universidade São Judas Tadeu (USJT). Email: contato@joserroza.com.br.

⁴ Bióloga pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Mestre e Doutora em Ciências pelo Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB-USP), Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu (PGCE/USJT). Email: pllongo@gmail.com.

⁵ Psicólogo pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), Mestre e Doutor em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), Professor e Pesquisador do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu (PGCE/USJT). Email: rodrigojsalles@hotmail.com

universidades), em livros e capítulos de livros sobre a teoria *queer*; transgeneridade e educação e análise em material literário. A discussão foi dividida em três tópicos: primeiro, abordou-se os meandros da teoria *queer* a partir de teóricos(as/es) clássicos(as/es) e brasileiros(as/es). No segundo, apresentou-se os diálogos sobre a transgeneridade e o território escolar enquanto reprodutor de fundamentos cis-heteronormativos e no último discutiu-se sobre o currículo, e suas implicações, e foi proposto uma pedagogia fundamentada na teoria *queer* já que, pensando no território escolar, autores(as/es) *queer* apontam para uma reprodução do heteroterrorismo, sendo a escola um dos ambientes mais violentos para crianças que não se adequam a cis-heteronormatividade. A pedagogia *queer*, como também o currículo *queer*, advoga por um sistema educacional que não produza normalizações biopolíticas e que subverta a história que narra os corpos trans-*queer* apenas pelo ângulo da injustiça e da desigualdade. Assim, torna-se claro que a teoria *queer*, através de seu caráter questionador das normas sociais vigentes, entende que é necessário haver inflexibilizações nos sistemas sociais, considerando a diversidade de pessoas que são massacradas pelas fabricações cis-heteronormativas.

Palavras-chave: Inclusão em Educação. Diversidade de Gênero. Currículo. Pessoas Trans. Discriminação Social.

Entrando e saindo de espaços que também são nossos. Ou podem ser. E, se não forem, que possamos continuar produzindo nossos saberes independentes deles. E neles também, apesar de seus dissabores. Conquistando territórios teóricos-práticos-epistemológicos, de maneira menos lógica e mais sensível, ou melhor, ou mulher, ou nem isso, travestilizando de sensibilidade as ruas e as universidades, e tudo que há, entre.
(PEREIRA, 2022, p. 9).

Ao tratar da comunidade transgênera no contexto escolar, intelectuais que se dedicam aos estudos sobre práticas antidiscriminatórias identificam uma série de fatores que contribuem para o fracasso e evasão escolar dessa população (SALVADOR; OLIVEIRA; FRANCO, 2021). Iazzetti, Pfeil, Pfeil e Medeiros (2023), em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) em 2022, corroboram essa análise ao indicarem uma alta taxa de expulsão da comunidade trans, decorrente de marginalizações, negligências do poder público e diversas violências. Aproximadamente 13% dos(as/es) participantes relataram ter abandonado os estudos.

Em comunicado sobre cotas e reservas de vagas em universidades para pessoas trans, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) destacou em 2020, atualizado em 2022, que aproximadamente 70% da população trans não completou o ensino médio e apenas 0,02% alcançou o ensino superior. A violência transfóbica, incluindo agressões físicas, sexuais, psicológicas e *bullying*, não só promove a evasão escolar, mas também constitui uma forma de expulsão sistemática dessas pessoas dos espaços educacionais (BENTO, 2017; SANTOS, 2019).

A Rede Trans Brasil (2022) argumenta que, apesar das legislações brasileiras, essa comunidade enfrenta agressões físicas, *bullying*, discriminação, isolamento, assédio moral e sexual, além de negligências diversas praticadas por estudantes, docentes e profissionais escolares. Bento (2017, p. 198) justifica essa narrativa ao afirmar que, desde o nascimento, as pessoas são submetidas “diariamente a um

massacre” de normas, perdendo o direito de explorar suas emoções e subjetividades. Isso constitui, segundo a autora, uma produção diária e violenta da heterossexualidade.

As expectativas de gênero são cruciais para a manutenção do padrão cis-heteronormativo, imposto a quem se desvia do esperado. O conceito de cis-heteronormatividade refere-se à suposição de que ser cisgênero e heterossexual é a norma social. A cisgeneridade, ou "cis", descreve a identidade de gênero que corresponde ao gênero atribuído ao nascimento (JESUS, 2012). No entanto, Bonassi (2017, p. 17) argumenta que esse termo deve ser discutido a partir da cisnorma, visto que esta é imposta como "uma normalidade compulsória e regulada por instituições religiosas, biomédicas e jurídicas".

Em defesa dos binarismos de gêneros, as instituições assumem o posto de sentinelas ou guardiãs das normas que mantêm a ordem social. Elas sustentam a ideia de que o verdadeiro gênero de uma pessoa é binário – homem ou mulher – e determinado ao nascimento com base na anatomia, permanecendo inalterável ao longo da vida. Este gênero é considerado o mais autêntico, legítimo e normal, automaticamente marginalizando e deslegitimando as identidades de pessoas trans e não binárias, rotulando-as como aberrantes e ilusórias (BONASSI, 2017).

Com base nos estudos *queer* de Butler (2003), Salih (2019) e Miskolci (2021), as categorias de gênero e sexualidade, tão importantes para a substância e inteligibilidade dos corpos LGBTQIA+⁶ que são construídas linguisticamente a partir das relações de poder, que irão estabelecer quais agências sociais são, exemplarmente, saudáveis e as que precisam ser corrigidas. Logo, as pessoas que se desviam do caminho cis-hetero, tornam-se sem importância e passíveis de violações por serem consideradas ilegítimas, transmutando-se, portanto, em vidas colocadas em situação precária, transviada e/ou *queer* (SANTOS, 2019).

⁶ Acrônimo que reúne Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e demais diversidades não contidas na sigla.

A partir desses apontamentos, quando destaca-se a instituição escolar como um campo de elaboração de conceitos e disciplinas, esta se torna capaz de moldar as pessoas e seus comportamentos por meio de regulações, da compensação/punição, dos valores e moral (LOURO; NECKEL; GOELLNER, 2003; SANTOS, 2019). Conforme Bento (2017) enfoca, para um(a) “estudante que precisa frequentar a escola, mas sabe que ali será agredido(a) física e psicologicamente” (p. 198) é um sofrimento sem tamanho.

Em razão disso, a seguinte pergunta é importante para a proposta deste debate: como a teoria *queer* pode contribuir para a reestruturação de conceitos e práticas pedagógicas, visando a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo para as pessoas trans? Assim, buscou-se compreender as contribuições da teoria *queer* na reestruturação de conceitos e práticas pedagógicas, com o objetivo de promover um ambiente escolar mais hospitaleiro e inclusivo para as pessoas trans.

Espera-se que as discussões levantadas em cada etapa desta literatura sejam úteis e contribuam significativamente para a sociedade e a comunidade científica. A teoria *queer*, que visa subverter e se rebelar contra as elaborações sociais coercitivas e conservadoras que colocam a cis-heteronormatividade e seus papéis como essenciais e biológicos, foi tomada como fundamentação teórica deste trabalho. Além disso, o debate de gênero foi integrado para refletir e questionar as rotinas escolares e suas disposições, considerando a heterogeneidade humana e criticando os marcadores sociais produtores de diferenças.

Para a delimitação desta teoria e do conceito *queer*, foram utilizados como referencial teórico os trabalhos de Louro (2001) e Miskolci (2021). A definição da pedagogia *queer*, essencial para esta discussão, também se baseou nos estudos de Louro (2001).

Método

Este artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa narrativa, em literaturas dos últimos 15 anos (2008-2023) e em bases de dados como: livros e capítulos de livros físicos e digitais, catálogo de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), bibliotecas de universidades, Scielo, Google Academic, Pepsic, Pubmed e análise em material literário.

A revisão da literatura visa aprofundar, discutir e descrever o estado da arte de um campo específico, com base em considerações teóricas. Realiza um levantamento fundamentado no conhecimento disponível sobre uma temática, diferenciando-se de outras modalidades por não detalhar critérios ou metodologias utilizadas para investigação, avaliação e seleção da literatura. Foca em observar e averiguar publicações anteriores em livros, periódicos e artigos, considerando a crítica e análise dos(as/es) pesquisadores(as/es) (UNESP, 2015).

Por conseguinte, o estudo aconteceu em três momentos. Primeiro, realizou-se uma busca nas bases de dados citadas acima sobre teoria *queer*, transgeneridade e diversidade sexual e de gênero. Os(as/es) teóricos(as/es) principais utilizados(as/es) foram Louro (2001), Miskolci (2021) e Bento (2017). Em seguida, a busca focou no estado da arte sobre teoria *queer*, transgeneridade, território escolar e o debate sexual e de gênero.

Para tanto, foram escolhidas as autoras transgênero Andrade (2012) e Santos (2019), com destaque para a tese de doutorado da primeira e a dissertação de mestrado da segunda. Ressalta-se que ambas são referências importantes para a operacionalização do debate sobre transgeneridade e diversidade sexual e de gênero nas escolas.

Além das teóricas, analisou-se alguns documentos oficiais disponíveis pelo poder público brasileiro que contém resoluções sobre o lugar das discussões transversais sobre gênero e diversidade sexual na educação e nas escolas. Os documentos foram: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1987, 1998) e a Pesquisa Nacional sobre o

Ambiente Educacional no Brasil realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em coparticipação com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2016.

Por fim, e em terceiro estágio da construção do artigo, após todo o material ser fichado, analisado e discutido, desenvolveu-se a redação final, vislumbrando o grande propósito da pesquisa que era, contudo, retornar a pergunta norteadora e ao objetivo e contemplá-los de forma coerente e coesa. Na Tabela (Imagem 1) foi apresentada uma síntese da literatura encontrada, contendo informações básicas de cada um dos estudos.

Imagem 1: Apresentação dos(as) principais autores e autoras tomados para a discussão.

Título	Autoria	Tipo de publicação	Tipo de método	Objetivo	Principais resultados
Teoria <i>queer</i> : uma política pós-identitária para a educação.	LOURO (2001).	Artigo científico publicado no periódico Revista Estudos Feministas.	Revisão crítica da literatura existente sobre Teoria <i>queer</i> e sua aplicação na educação.	Explorar como a Teoria <i>queer</i> pode contribuir para a construção de novas estratégias pedagógicas que rompam com os discursos normalizadores sobre corpos, gêneros, sexualidades e identidades.	A pesquisa destaca o potencial da Pedagogia <i>queer</i> em desafiar práticas normativas e disciplinadoras tradicionais na educação, promovendo a valorização da diversidade e questionando a heteronormatividade. A implementação de práticas pedagógicas que celebram a diversidade de gênero e sexualidade pode transformar o ambiente escolar, tornando-o mais inclusivo e acolhedor. A inclusão de perspectivas <i>queer</i> no currículo escolar contribui para a desconstrução das normas estabelecidas, permitindo uma compreensão mais ampla e inclusiva das identidades de gênero e sexualidades.

Título	Autoria	Tipo de publicação	Tipo de método	Objetivo	Principais resultados
Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação	LOURO; NECKEL e GOELLNER (2003).	Livro físico publicado na editora Vozes.	Revisão crítica da literatura existente sobre Teoria <i>queer</i> .	Promover uma reflexão crítica sobre as construções sociais de identidade de gênero e sexualidade.	Propõe-se uma pedagogia que reconheça a transitoriedade das identidades culturais, questionando discursos de aceitação das diferenças e promovendo uma reflexão sobre suas condições de produção. O conceito de gênero é utilizado para desafiar desigualdades sociais e desnaturalizar verdades científicas e culturais. A construção do corpo é influenciada pela linguagem e práticas culturais, sendo historicamente mutável.
Homofobia nas escolas: um problema de todos.	JUNQUEIRA (2009).	Livro digital "Diversidade Sexual na escola: problematizações sobre a homofobia nas escolas", publicado pela UNESCO.	O estudo utiliza uma abordagem teórica baseada na análise de literatura existente sobre preconceito, discriminação e homofobia, bem como na aplicação de categorias do direito da antidiscriminação.	Problematicar a homofobia e a heteronormatividade nas escolas, analisando como essas questões afetam as experiências e trajetórias de estudantes LGBTQ+.	Os principais resultados indicam que 45,7% dos participantes conhecem todos os significados das letras LGBTQ+, enquanto 61,4% não sabem o que significa " <i>queer</i> ". A maioria dos participantes tem um bom entendimento sobre gênero (96,9%) e sexualidade (99%). Em termos de identificação, 58,4% se identificam como masculinos e 37,5% como femininos, com 39,6% se identificando como homossexuais e 31,7% como heterossexuais. A maioria já presenciou ou sofreu discriminação relacionada à sexualidade ou gênero, embora afirmem não praticar discriminação, reconhecendo a presença de preconceitos internalizados.

Título	Autoria	Tipo de publicação	Tipo de método	Objetivo	Principais resultados
Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.	BENTO (2011).	Artigo científico publicado no periódico Revista Estudos Feministas..	Desenvolveu-s e uma revisão da literatura.	Refletir sobre as respostas dadas pelas escolas a estudantes que apresentam performances de gênero não conformes ao considerado normal.	Dos principais resultados tem-se que o ambiente escolar é marcado por práticas de heteroterrorismo, onde a conformidade às normas de gênero é rigidamente reforçada. Insultos, zombarias e a patologização das identidades de gênero não conformes são comuns, contribuindo para a evasão escolar de estudantes trans. Produção de Gêneros Inteligíveis: As práticas escolares ajudam a perpetuar a ideia de que os gêneros binários (masculino e feminino) são naturais e imutáveis. A resistência a essas normas é frequentemente vista como uma ameaça, levando à marginalização daqueles que não se encaixam nas expectativas tradicionais de gênero.
Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa.	ANDRADE (2012).	Tese de Doutorado em Educação – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará (UFC).	Desenvolveu-s e uma pesquisa de caráter etnográfico.	Desvendar as resistências e assujeitamentos das jovens travestis na escola.	A pesquisa revelou que, dos 184 municípios do estado do Ceará, apenas 25 possuem jovens transgêneros(as/es) matriculados(as/es) em escolas estaduais. A exclusão das travestis das salas de aula leva ao confinamento e à marginalização, rotulando-as como desviantes e indesejadas. Essa pressão intensa no ambiente escolar frequentemente força as travestis a abandonarem os estudos, perpetuando a falsa ideia de que a desistência foi uma escolha própria.

Título	Autoria	Tipo de publicação	Tipo de método	Objetivo	Principais resultados
A diferença no currículo ou intervenções para uma pedagogia <i>Queer</i> .	CÉSAR (2012).	Artigo científico publicado no periódico Revista Educação Temática Digital.	O artigo utiliza um método qualitativo, centrado na análise de narrativas e intervenções de quatro personagens (Thomas Beatie, Brandon Teena, Bree Osbourn e Agrado) que desafiam as normas tradicionais de corpo, sexo e gênero.	Problematizar os sistemas normativos que aprisionam o corpo, o gênero e a sexualidade e explorar como a narrativa curricular pode ser influenciada por intervenções <i>queer</i> .	As histórias de Thomas Beatie, Brandon Teena, Bree Osbourn e Agrado funcionam como potências subversivas que desafiam as expectativas normativas do sistema sexo/gênero, introduzindo a dúvida e a incerteza em relação à norma disciplinar. Essas intervenções têm o potencial de afetar a escola pelo (des)conhecimento, fazendo-a experimentar o não saber por meio de novas perguntas, capazes de colocar em xeque os sistemas normativos prevaletentes. As intervenções das personagens analisadas contêm um forte potencial reflexivo, capaz de desafiar o conhecimento escolar e promover novas formas de entendimento sobre corpos, sexos e relações de gênero.
Por uma pedagogia <i>queer</i> .	DINIS (2013).	Artigo científico publicado no Itinerarius Reflectionis.	A pesquisa se baseia na revisão de literatura.	Problematizar as práticas normalizadoras das instituições educacionais e explorar como a Pedagogia <i>queer</i> pode contribuir para a construção de novas estratégias pedagógicas.	A pesquisa destaca o potencial da Pedagogia <i>queer</i> em desafiar as práticas normativas e disciplinadoras tradicionais na educação, promovendo a valorização da diversidade e questionando a heteronormatividade. A inclusão de perspectivas <i>queer</i> no currículo escolar contribui para a desconstrução das normas estabelecidas, permitindo uma compreensão mais ampla e inclusiva das identidades de gênero e sexualidades.

Título	Autoria	Tipo de publicação	Tipo de método	Objetivo	Principais resultados
<i>Queer</i> decolonial: quando as teorias viajam.	PEREIRA (2015).	Artigo científico publicado na Contemporânea.	Pesquisa teórica de revisão bibliográfica.	O objetivo é explorar o encontro entre a Teoria <i>queer</i> e o Pensamento Decolonial, investigando se essa interseção pode produzir um “ <i>queer</i> decolonial”.	O artigo destaca como a Teoria <i>queer</i> e o Pensamento Decolonial podem juntos desafiar e desconstruir as normas de gênero e sexualidade estabelecidas pelo colonialismo. A colonialidade do poder é criticada, mostrando como as hierarquias de gênero e raça são construções coloniais. Pereira (2015) enfatiza a importância de abrir-se a outras experiências, histórias e teorias, especialmente aquelas dos corpos dissidentes. O encontro entre o <i>queer</i> e o decolonial é visto como uma possibilidade de criar novas epistemologias e ontologias, que incluam vozes e perspectivas marginalizadas.
Que inovação pedagógica a pedagogia <i>queer</i> propõe ao currículo escolar?	DIAS; MENEZES (2017).	Artigo científico publicado no periódico Revista Tempos e Espaços em Educação.	Desenvolveu-se uma pesquisa de caráter etnográfico.	O objetivo é problematizar as potencialidades de uma pedagogia e um currículo <i>queer</i> na escola.	A pesquisa revela que a pedagogia <i>queer</i> tem o potencial de desafiar as práticas normativas e disciplinadoras tradicionais da escola, promovendo uma educação que valoriza a diversidade e questiona a heteronormatividade. As práticas pedagógicas observadas incluem atividades que celebram a diversidade de gênero e sexualidade, como a realização de eventos escolares inclusivos e a integração de conteúdos curriculares que abordam questões de gênero de maneira crítica e reflexiva.

Título	Autoria	Tipo de publicação	Tipo de método	Objetivo	Principais resultados
Percorrendo a origem, ascensão e evolução da Teoria <i>Queer</i> .	SANTO; OLIVEIRA e SOUZA (2018).	XXXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.	Pesquisa exploratória, combinando pesquisa bibliográfica, documental e de campo.	O objetivo é traçar a história da Teoria <i>queer</i> no Brasil e no mundo, com a finalidade de entender suas características, dificuldades e a falta de representatividade da população <i>queer</i> .	Os principais resultados da pesquisa mostram que 45,7% dos participantes conhecem todos os significados das letras LGBTQ+, enquanto 61,4% não sabem o significado do termo “ <i>queer</i> ”. A maioria, 96,9%, entende o que é gênero e 99% sabem o que é sexualidade. Em termos de identificação, 58,4% se identificam como masculinos e 37,5% como femininos. Sobre sexualidade, 39,6% são homossexuais e 31,7% heterossexuais. A maioria já presenciou ou sofreu discriminação relacionada a gênero ou sexualidade, mas afirmam não praticar discriminação, apesar de reconhecerem preconceitos internalizados.
Judith Butler e a Teoria <i>Queer</i> .	SALIH (2019).	Livro físico publicado na editora Autêntica	O método utilizado por Sara Salih no livro é a análise genealógica e crítica dos textos e teorias de Judith Butler.	O objetivo é explicar e contextualizar as teorias de Judith Butler sobre gênero e performatividade e dentro do campo da teoria <i>queer</i> .	Os principais resultados da análise incluem a ideia de que gênero não é algo que se é, mas algo que se faz através de atos repetidos no contexto de normas regulatórias rígidas. Butler argumenta que as identidades de gênero são construídas performativamente e que não há um “corpo natural” que preexista à sua inscrição cultural. Ela também sugere que as normas de gênero e sexo podem ser subvertidas através da repetição e resignificação de atos performativos, oferecendo alternativas às soluções legais contra o discurso de ódio.

Título	Autoria	Tipo de publicação	Tipo de método	Objetivo	Principais resultados
Sobrevivi para contar: experiências escolares transgêneras na educação de jovens, adultos e idosos (EJAI).	SANTOS (2019).	Dissertação de Mestrado em Educação – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco.	Pesquisa qualitativa que combina entrevistas projetivas e narrativas com observações diretas em ambientes escolares.	O objetivo é investigar as experiências de estudantes transgêneros no ambiente escolar, focando nas questões de exclusão social, identidade de gênero e os impactos das políticas educacionais.	Os principais resultados apontam para a exclusão indireta de estudantes transgêneros do ambiente escolar e a necessidade de políticas que promovam a inclusão. O estudo revelou que muitos(as/es) estudantes transgêneros retornam à escola através da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), após experiências de discriminação. Além disso, destacou-se a prática comum entre mulheres trans e travestis de uso de hormônios sem orientação médica, evidenciando a falta de acesso adequado a cuidados de saúde.
Teoria <i>Queer</i> : um aprendizado pelas diferenças.	MISKOLCI (2021).	Livro físico publicado na editora Autêntica.	Pesquisa teórica e bibliográfica.	O objetivo é explorar e evidenciar como a Teoria <i>Queer</i> pode ser utilizada como uma ferramenta educativa para desestabilizar e questionar as normas tradicionais sobre gênero e sexualidade.	O artigo demonstra como a Teoria <i>queer</i> pode desnaturalizar as normas sociais que regulam o comportamento de gênero e sexualidade, mostrando que essas normas são construções culturais e não naturais. Miskolci argumenta que a educação deve ser um espaço para promover a diversidade e a inclusão, utilizando a Teoria <i>Queer</i> para questionar e desafiar as normas heteronormativas e patriarcais que muitas vezes predominam nas instituições educacionais. O artigo discute como as tecnologias sociais e as práticas educacionais podem ser usadas para regular e disciplinar os corpos, mas também como podem ser subvertidas para promover a emancipação e a aceitação das diferenças.

Título	Autoria	Tipo de publicação	Tipo de método	Objetivo	Principais resultados
Fracasso, evasão e abandono escolar de pessoas trans: algumas reflexões necessárias.	SALVADOR; OLIVEIRA e FRANCO (2021).	Artigo científico publicado no periódico Revista de Educação Pública.	O estudo utiliza uma abordagem qualitativa baseada na análise do discurso e na correlação de fontes bibliográficas, documentais e empíricas.	O objetivo é analisar e contextualizar cenas de fracasso escolar vivenciadas por pessoas trans na Educação Básica no interior do Estado do Rio de Janeiro.	Identificou-se que a falta de acolhimento, a violência simbólica e a discriminação são fatores significativos que levam ao fracasso e abandono escolar de pessoas trans. As práticas discursivas da escola, incluindo a “pedagogia do armário”, intensificam o sentimento de não pertencimento entre estudantes trans, o que contribui para a evasão e repetência. O estudo aponta que discursos religiosos presentes no ambiente escolar podem agravar a exclusão e o abandono escolar de estudantes trans, ao associar identidades de gênero divergentes com valores negativos. A pesquisa destaca que o apoio familiar é crucial para a continuidade dos estudos por parte das pessoas trans, ajudando a enfrentar preconceitos e a buscar respeito e inclusão no ambiente escolar.

Fonte: Quadro elaborado pelos(as/es) autores(as).

A discussão foi dividida em três tópicos: no primeiro, *Provocações e Reflexões Queer e as Implicações dos Corpos Dissidentes*, abordam-se os meandros da teoria *queer*, seu advento e principais definições, tanto por teóricos(as/es) clássicos(as/es) estadunidenses quanto por estudos transviados no Brasil. No tópico seguinte, *Transgeneridade, Dissidências, Educação e Escolas*, apresentaram-se os diálogos sobre o lugar da transgeneridade, suas produções e representações, e o território escolar como espaço reprodutor de disciplinas, escolarizações e generificações sob uma ótica hetero-cisnormativa.

Por fim, no terceiro e último tópico, *Intervenções Pedagógicas e Curriculares: Provocações e Reflexões Queer*, abordou-se as reflexões necessárias sobre a importância do currículo, assim como a sua reconceitualização, para a edificação de

uma escola menos engajada com a normatização cis-hetero-patriarcal dos corpos. Em complemento e de base crucial, colocou-se à disposição a pedagogia e o currículo *queer* que possuem fonte na teoria *queer*, e, similarmente, exercitam a provocação, subversão e perturbação as normatizações e exclusões dos corpos *queer*.

Provocações e Reflexões *Queer* e as Implicações dos Corpos Dissidentes

[...] o *queer* é relacionado a tudo que é socialmente chamado de estranho, anormal e, sobretudo, abjeto (MISKOLCI, 2021, p. 43).

A teoria *queer* emergiu como um movimento crítico aos dispositivos cis-hetero-normativos e como uma possibilidade de organização das pessoas cujos corpos foram carimbados pela dissidência. Dessa forma, traçaram-se argumentos que transgrediam as construções binárias dos sexos e enxergavam as edificações identitárias e corporais para além deles e, também, buscou repensar “ontologias, opondo-se às epistemologias hétero que dominam a produção da ciência” (PEREIRA, 2015, p. 412).

O advento desta teoria teve sua inclinação com base em conciliações, mesmo que incômodas, com as teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalistas que investiam seus estudos, na época, nos diálogos sobre a categoria sujeito (SALIH, 2019). Sobre isso, Butler (2002) argumenta que o sujeito é um devir, sem origem ou fim, pois se trata de uma disposição linguística e não de uma pessoa. Partindo disso, o termo *queer*, inicialmente, foi empregado como uma atividade linguística para desprezar socialmente corpos que não se contemplavam pelo ideal de sujeito vigente, pois eram timbrados como diferentes, estranhos(as/es), dissidentes e abjetos(as/es) (SALIH, 2019).

O que evidencia o *queer* como uma nova política de gênero é o fato de existências marginalizadas(es) obterem a possibilidade de se tornarem visíveis dentro dos grupos de organizações e de lutas sociais, que incorporaram em suas agendas pessoas transgêneras, não brancas e outros corpos deslocados desses movimentos. Logo,

essa nova política materializou-se ao questionar os discursos sobre sujeito e as normas que o fabrica (MISKOLCI, 2021).

Segundo Louro (2001, p. 546), o termo "queer" pode ser traduzido como "estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário". Além disso, representa uma oposição às normalizações e à heteronormatividade compulsória na coletividade. Para a autora, "*queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora" (p. 546). Vale ressaltar que este termo foi originalmente usado para insultar diversidades sexuais e de gênero, classificando-os(as/es) como abjetas (SANTOS; OLIVEIRA; SOUZA, 2018; SALIH, 2019; MISKOLCI, 2021).

No Brasil, o *queer* possui representações similares ao viado, bixa, travesti e sapatão e se organizou dentro dos estudos transviados (BENTO, 2017). Para Nery (2019), transviado era toda pessoa que desviava das normas hétero-cisgêneras da segunda metade do século 20 e, por essa razão, era alvo de humilhações, desprezos e violações igualmente ao que foi o *queer* na sociedade estadunidense do mesmo século (MISKOLCI, 2021).

Os estudos *queer*, na sociedade brasileira, seriam uma tradução cultural desses estudos transviados, visto que os debates sobre gênero e sexualidade (numa perspectiva cis-hetero-patriarcal) possuem a capacidade "de cruzar oceanos e fronteiras" e "estabelecer-se como verdades irrelativizáveis" (BENTO, 2017, p. 30). Independente de qual hemisfério for visitado pelos imperativos normalizadores, existências desviantes irão ser violadas.

Os saberes *queer* foram cruciais para criticar a ordem social que estabelecia a normalidade e legitimidade da hetero-cisgeneridade. Esse movimento teórico iluminou as erudições de gênero e sexualidade, revelando a instabilidade na heterossexualidade, pois o *queer* também estava presente nessa orientação "debaixo de sua aparente normalidade" (SALIH, 2019, p. 20). Exemplos disso são casais heterossexuais que não

desejam ter filhos, que sustentam relações abertas e poligâmicas, ou que adotam práticas contrassexuais, como o BDSM⁷. Sobre isso, Miskolci (2021) considera que:

Na nova política de gênero, seja lá nos Estados Unidos, quer seja aqui no Brasil, ganharam espaço problemáticas trazidas por trabalhadores do sexo, transexuais, travestis e mesmo por pessoas que as vezes estão dentro de relações com pessoas do sexo oposto, que poderiam ser vistas como pessoas modelares socialmente, mas que não acreditam nessas normas e acham que é uma violência que elas, as normas, sejam impostas (MISKOLCI, 2021, p. 29).

A ideia de instabilidade presente em todas as identidades sexuadas e generificadas - já que são indeterminadas e inacabadas e não fixas, segundo Butler (2003) - era defendida pelos(as/es) teóricos e teóricas *queer* do final do século 20. A razão era porque havia uma defesa da heteronorma, ou de uma cultura hétero, alinhada ao ideal de que outras sexualidades e identidades generificadas eram desviadas, ou, como cita Bento (2017) e Nery (2019), transviadas.

Miskolci (2021) argumenta que corpos que faziam parte deste emblema (o *queer*), eram menosprezados(as/es), abjetos(as/es), "humilhados[as/es], motivo de desprezo e nojo, medo de contaminação" (p. 24). O(a/e) abjeto(a/e) é um termo impetuoso para analisar a condição social de algumas pessoas, ou melhor, é de suma importância para conferir a "inteligibilidade humana" (BENTO, 2017, p. 50) e isso implica em quais agentes são legítimos(as/es) ou não para fazerem parte do corpo social e de seus sistemas.

Segundo Bento (2017), as ciências sociais, durante bastante tempo, se isentaram das discussões sobre a abjeção e se desencarregaram de questionar quem são essas agências sociais ou de refletir sobre a barreira intransponível que havia entre o *eles(as)* e o *nós* ou/e o *eu* e o(a) *outro(a/e)*. Sobre esse assunto, a teórica acrescenta que a sociologia se mostrou pouco reflexiva ou de forma similar a outras ciências que se apropriam de corpos-outros(as/es) ou de vivências alheias apenas como objetos de pesquisa.

⁷ BDMS é a sigla para Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo.

A solução, segundo ela, é a edificação de uma sociologia da abjeção que dialoga com a discussão de Spivak (2010), que aborda o conceito de subalternização a partir da leitura de atrizes e atores sociais que não podem ser representados(as/es) pois não encontram espaços dispostos a ouvi-los(as/es) quando buscam falar por si e por suas demandas. Isto é, a formação de uma sociologia que investigue porque discursos excludentes se proliferam e que se empenhe em dar voz às categorias vitimadas (BENTO, 2017).

Bento (2017) argumenta que a abjeção deve ser refletida enquanto um “conjunto de práticas reativas, hegemonicamente legitimadas, que retira do sujeito qualquer nível de inteligibilidade humana” (p. 50). Para ela, algumas pessoas (destacadas por ela como as agências trans) são descredibilizadas ao ponto de não encontrarem território capaz de entendê-las enquanto humana, visto que a humanidade não é uma possibilidade para elas. A autora alega que, em virtude da abjeção, há a instauração do nojo e da violência admitida, levando deliberados grupos a terem seus caminhos marcados por disputas, tensões e lutas por dignidade.

Falar das garras da abjeção é articular sobre as existências *queer*. É lembrar que “*queer*” é um xingamento em sua língua nativa, o inglês. Mesmo parecendo um termo respeitado no Brasil, por ter se consolidado enquanto teoria, é crucial reconhecer que se trata de uma injúria (MISKOLCI, 2021). Onde há rejeição, abandono ou ameaça à estabilidade da ordem social, há abjeção e *queer*. O(a/e) abjeto(a/e) perturba a identidade, os arranjos coletivos e o dispositivo cis-hetero-patriarcal, e está ligado(a/e) à “experiência de ser temido[a/e] e recusado[a/e] com repugnância, pois sua existência ameaça uma visão homogênea e estável da comunidade” (MISKOLCI, 2021, p. 24).

Atualmente, a crítica teórica *queer* concentra-se com bastante engajamento na cis-heteronorma, no aperfeiçoamento do debate de gênero e nos estudos que ofereçam inteligibilidade a quem não era tão visível, inclusive dentro dos movimentos sociais. Muitos corpos ainda enfrentam vastos desafios por serem observados como desviantes e

vários não conseguem, sequer, atingir espaços importantes para a sobrevivência humana como: educação básica, ensino superior e mercado de trabalho.

A literatura sobre a ausência de pessoas trans e travestis nos espaços escolares é vasta. Sobretudo, diante dos dados que colocam a infância e adolescência trans em estados críticos e precários, visto que muitas(os/es) são expulsas(os/es) de casa pela falta de compreensão familiar das suas identidades de gênero (ANTRA, 2022). Como fora discutido neste texto, quando se trata da abjeção, não há barreiras ou fechaduras que não se rompam para deixá-la entrar nos lares, salas de aulas, carteiras escolares, gabinetes, e instituições diversas. A sua atuação é ampla e a proposta deste artigo é refletir e lançar provocações necessárias sobre as proposições do *queer* defronte esse cenário, a começar pelos currículos e itinerários escolares.

Transgeneridade, Dissidências, Educação e Escolas

Amanda é uma adolescente de 17 anos, recém chegada na cidade de *Lambertville* (Nova Jérsei, Estados Unidos), que iniciou o seu primeiro dia de aula no Colégio *Lambertville High*. Assim que se instalou na sala de aula e em disciplinas e atividades extracurriculares, despertou o interesse de todos(as/es) os(as/es) seus(uas/es) colegas(es) de classe. Dessa vez, a jovem não se sentia excêntrica, rejeitada ou deslocada, mas convivia com o medo constante de descobrirem que ela é uma garota transgênero (RUSSO, 2016).

Na cidade anterior, onde morava com a sua mãe, ela sofreu inúmeros casos de *bullying* e violências físicas, o que destaca algumas cicatrizes em seu corpo. Após exaustiva rotina ante a violência transfóbica, tentou suicídio ao tomar grande quantidade de medicamentos, não tendo sucesso já que o tentame foi interrompido pela sua mãe, que a levou às pressas para um hospital (RUSSO, 2016).

Após esse evento e influenciada pelo medo de perder a filha, a mãe de Amanda a enviou para viver com o pai em outra cidade, mantendo sua transgeneridade em segredo

para preservar sua integridade e existência. Enquanto outros(as/es) adolescentes de sua idade curtiam, namoravam e planejavam seus futuros, Amanda era constantemente lembrada de que deveria ser discreta, contida e, em hipótese alguma, revelar sua identidade de gênero. Não era uma imposição para desumanizar seu gênero, mas uma atitude permeada pelo medo da violência comum aos corpos trans (RUSSO, 2016).

Na escola, Amanda, que antes tinha poucos(as/es) amigos(as/es), tornou-se próxima de três garotas que a tratavam como uma adolescente comum. Ela também encontrou um namorado atleta que a elogiava constantemente, dizendo que ela era a mais bela da escola e que ele tinha sorte de namorar uma garota como ela. Amanda desejava viver uma vida comum, apaixonar-se e concluir os estudos para ingressar em uma boa universidade. Ela mirava instituições de ensino no norte dos EUA, conhecidas por serem mais acolhedoras para pessoas LGBTQIA+ (RUSSO, 2016).

O que avulta a atenção neste romance, intitulado *Apenas uma garota*, da escritora e romancista estadunidense Meredith Russo (2016), é um diálogo entre Amanda e o seu pai, após ele descobrir o namoro da filha com o jovem atleta:

Pai de Amanda:

Você precisa ter mais cuidado. Ainda mais com garotos. [...] achei que você seria discreta (RUSSO, 2016, p. 98).

Amanda:

Eu só quero ter uma vida normal [...] (RUSSO, 2016, p. 98).

Pai de Amanda:

E eu só quero que você sobreviva ao último ano do colégio. [...] pessoas como você são assassinadas por pessoas como ele (RUSSO, 2016, p. 99).

Embora a obra seja uma narrativa literária, ela incorpora as experiências individuais da autora, uma mulher transgênero, que expressa nos agradecimentos do livro que, apesar de não ser sua biografia, é parcialmente sua história de vida. Isso enfatiza que a rotina de muitas pessoas trans é marcada pelo medo de serem quem são e pela necessidade de esconderem sua identidade de gênero para sobreviver. O romance de Russo (2016) destaca o sofrimento ético-político, permeado pelo medo e pela

autorresponsabilização por ser quem é, que persiste na trajetória dos corpos trans, seja no Brasil ou em qualquer lugar do mundo (SAWAIA, 2014).

O que há em comum entre Amanda e a discussão *queer* apresentada aqui é que, mesmo sendo fruto de uma ficção, ela representa a realidade da maioria das pessoas transgêneras em seu período escolar, fora dele ou em quaisquer outros espaços de convivência. Inclusive, com o iminente medo da morte causada pela transfobia, pela aniquilação de suas identidades e subjetividades, tão comuns em todas as etapas do desenvolvimento humano dessas agências sociais (ANTRA, 2022).

O medo da personagem transgênero Amanda de revelar sua identidade de gênero na escola se expressa nos dados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em coparticipação com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2016. O desfecho aponta que 60% dos(as/es) estudantes LGBTQIA+ manifestaram medo e insegurança na escola por circunstância de sua orientação sexual e 43% por causa de sua identidade e expressão de gênero.

Além disso, 48% relatam serem constantemente vitimados(as/es) por comentários de cunho LGBTfóbico por seus(as) colegas(es). Também, 55% dos(as/es) estudantes informaram presenciar menções negativas sobre pessoas transgêneras. A pesquisa ainda mostra que 73% alegaram sofrer agressões verbais em razão de sua orientação sexual e 68% por causa da expressão e identidade de gênero. 27% dos(as/es) estudantes também relataram receber violências físicas tão somente pela orientação sexual e 25% pela expressão e identidade de gênero; e 56% vivenciaram assédios sexuais por serem LGBTQIA+ (ABGLT, 2016).

Os dados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (ABGLT, 2016) apontam para outros fatores recorrentes na citada comunidade: os(as/es) que passaram por maior carga de agressão, relataram níveis mais elevados de depressão em comparação aos(as/es) que sofreram menos violências. Além disso, a falta de acolhimento, inclusão e apoio escolar colaboraram com a evasão desses(as) discentes. É

digno de nota que o objetivo da pesquisa era produzir justificativas fundamentadas para a elaboração de políticas públicas favoráveis à transformação das escolas em espaços mais diversos, inclusivos e seguros para discentes LGBTQIA+.

A urgência dessa pesquisa é reforçada quando 36% dos(as/es) participantes afirmaram ser descrentes na eficácia dos(as/es) profissionais da escola ao impedirem as violências LGBTfóbicas. Não só isso, 54% apontaram para omissão da gestão escolar, notificando a falta de postura e medidas adotadas pela instituição (ABGLT, 2016). Analisando teoricamente os dados expostos, a escola é um espaço de representações sociais, ou seja, um lugar que reflete normas e preconceitos estruturados na sociedade e valores carregados de normatizações, heterorregulamentos e marginalização de pessoas (JUNQUEIRA, 2009).

A LGBTfobia e o cis-heterossexismo se alastram de forma sorrateira dentro dos ambientes escolares e ocasionam em uma “pedagogia do insulto”, que acontece por meio de “piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes – poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica” (JUNQUEIRA, 2009, p. 17). Agências dissidentes de gênero e sexualidade se tornam alvos e entram na mira dessas pedagogias reguladoras e hostis rotineiramente (LOURO, 2001).

Se tratando das pessoas trans, Santos (2019) afirma que a ausência e evasão desses(as) agentes nas escolas não deve ser tratada de forma natural e que há um “descompromisso institucional em garantir não apenas o acesso, mas a permanência estudantil enquanto princípio norteador da política educacional brasileira” (p. 16). De acordo com a autora, quando há agressões, posturas de repúdio e desrespeito legitimado pela instituição, não se refere a uma evasão de pessoas trans, mas sim, a uma expulsão do ambiente escolar que “retroalimenta a engrenagem de vivências precárias” (SANTOS, 2019, p. 16).

Em harmonia com as considerações de Junqueira (2009) e Santos (2019), Bento (2017) expõe construções teóricas semelhantes sobre corpos trans nas escolas. Para ela, há no território escolar uma reprodução do heteroterrorismo, já que a entidade é um dos

ambientes mais violentos para crianças que não se adequam ao que a autora aponta por “costumes heterossexuais” (BENTO, 2017, p. 198).

Conforme os estudos de Bento (2017, p. 198), no heteroterrorismo, há a “reiteração de agressões verbais e físicas contra meninos femininos e meninas masculinas” e, portanto, falar apenas em *bullying* não reflete o real problema que o termo busca denunciar. Além disso, Bento (2017) argumenta que, mesmo que a sociedade reforce a naturalidade da heterossexualidade, as violências desfazem qualquer imaginação de que a orientação sexual seja algo natural, já que necessita da hostilidade, agressão e imposição para manter seu posto de poder.

Para que não haja dúvidas, é importante ter em mente que a heterossexualidade é uma orientação sexual, ou seja, trata-se do deslocamento do desejo, da atração e da afetividade a pessoas do gênero oposto (JESUS, 2012). O conceito de orientação sexual se aplica a outras sexualidades, como a homossexualidade (masculina e feminina), a pansexualidade, bissexualidade, assexualidade, etc.

O que diferencia a primeira das demais são as relações de poder que foram estabelecidas para torná-la única, suprema e tida como natural (BENTO, 2017). O mesmo ocorreu com a cisgeneridade, sendo esta uma identidade de gênero (que diz respeito ao campo da autopercepção, do autorreconhecimento e da conformidade e identificação - ou não - com um gênero) também qualificada como soberana, matéria do divino, e suprema quando se compara com as demais, ou seja, com as identidades transgêneras que são acometidas por adversidades diárias (SANTOS, 2019).

Bento (2017) argumenta que o exame da transgeneridade sempre esteve no âmbito das ciências psis (Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise) e biomédicas, intervindo em corpos e subjetividades de “sujeitos que demandam o reconhecimento de uma identidade de gênero diferente daquela imposta pela sociedade” (p. 46). Ela critica as ciências sociais, especialmente a sociologia, questionando: “Com o que a Sociologia poderia contribuir em uma pesquisa cuja população era de pessoas transexuais que demandavam a cirurgia de transgenitalização? Nada” (BENTO, 2017, p. 46).

A disputa entre os gêneros e sexualidades não ocorre apenas nas ciências citadas no parágrafo anterior, mas também em volta do material pedagógico escolar, onde a heterossexualidade nada diz respeito à defesa dos costumes e moral coletivos, e sim ao poder e controle. Assim, a fabricação heterossexual é um projeto apoiado pelos(as/es) representantes do Estado e todas as instituições, destacando a família e, da mesma forma, a escola (BENTO, 2017).

Intervenções Pedagógicas e Curriculares: Provocações e Reflexões *Queer*

As professoras transgêneras e pesquisadoras sobre gênero e sexualidade nas escolas brasileiras, Luma Andrade (2012) e Dayanna Santos (2019), relatam que quando estavam em seus períodos escolares e um(a/e) docente presenciava algum tipo de violência LGBTfóbica, o(a/e) mesmo(a/e) fingia que não via ou fechava os olhos. Outros(as/es) até concordavam, como se não estivessem diante de uma postura reprovável. Além disso, alguns(as/es) educadores(as) sentiam-se confrontados(as/es) pelas discentes trans (quando os(as/es) profissionais era cobrados alguma postura) e as repreendiam ao invés de acolhê-las. Apesar disso, Andrade (2012) expõe:

Todos que estavam naquela sala entenderam o recado [...]. O que eles fizeram contribuiu imensamente para o nosso aprendizado. Aprendemos juntos, naquele episódio, sobre o que deveríamos fazer diante de situações equivalentes. Neste caso, a violência física e verbal seria o método educativo mais eficaz, não sendo algo desumano, pelo contrário; a intenção, pelo menos na visão deles, era humanizar e educar para a vida (ANDRADE, 2012, p. 73).

Para Santos (2019), a falta de iniciativa dos(as/es) profissionais escolares para debater temas que ultrajam a comunidade LGBTQIA+ se embasa na "fragilidade constitutiva de ações voltadas ao enfrentamento destas discriminações" (p. 16). Além do mais, munem-se de argumentos ante a ausência de políticas públicas destinadas às especificidades desse grupo, que são expressas quando se retratam suas

vulnerabilidades: falta de acesso à educação, profissionalização, moradia, segurança, entre tantas.

Para a autora, as instituições educacionais colocam-se como salvaguardas da cisnormatividade. Elas defendem disseminações de informações, práticas e conceitos que naturalizam determinadas relações humanas e formas distintas de ser e existir no mundo, em detrimento de outras. Isso perpetua um ambiente escolar que marginaliza e exclui as identidades LGBTQIA+, reforçando desigualdades e preconceitos enraizados na sociedade (SANTOS, 2019).

Acerca das reflexões de Santos (2019), Bento (2017) enuncia que há docentes que alegam não dispor de ferramentas didático-pedagógicas para abordar e lançar reflexões sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas. Esse ponto corrobora com outros dados da já citada Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (ABLGT, 2016), onde 64% dos(as/es) discentes não identificam a existência de disposição no regulamento da escola para debater sobre orientação sexual, identidade e expressão de gênero. E se há, não é disseminado, já que o mesmo grupo afirmou que se existe, desconhecem, e apenas 8,3% relataram conhecer alguma referência sobre esse tema.

Dito isto, profissionais da educação que se mantêm neutros(as/es) diante das rotinas LGBTfóbicas nas escolas, reiteram a urgência de formações continuadas (SANTOS, 2019) que estão, inclusive, previstas em distintos documentos governamentais como: o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2009) e o Programa Nacional de Direitos Humanos– PNDH-3 (2010).

Outros documentos importantes são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1987, 1998) que estabelecem que o tema pluralidade, especificamente o cultural e de orientação sexual, deve ser discutido nas agendas escolares do ensino fundamental e médio. Dentro desse tema, o(a/e) discente precisa ter contato com discussões sobre a

"crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira" (PCN, 1998, p. 121).

Quantos aos objetivos de ensino, os PCNs (1998) afirmam que é preciso que o(a) estudante aprenda a "desenvolver uma atitude de empatia e solidariedade para com aqueles que sofrem discriminação" (1998, p. 143). Informam, também, que, quando concerne a toda seleção curricular, é importante apreender que o currículo é "marcado por determinantes e fatores culturais, sociais e políticos" (p. 131). Além disso, o documento reitera que é papel da escola fortalecer sua atuação defronte esses fenômenos e que esta precisa se mostrar bastante "conhedora dos problemas presentes na estrutura socioeconômica, de como se dão as relações de dominação" (1998, p. 131).

Sobre os debates acerca da orientação sexual no ensino fundamental e médio, atribuído como tema transversal, os PCNs (1987) designam que deve-se tratar e incluir a questão como algo pertencente a vida e a saúde humana e a forma de se expressar desde o "nascimento até a morte" (p. 287). Outrossim, enfatiza que é um direito da pessoa e que a escola deve contribuir com "a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro" (PCN, 1987, p. 287).

Em primeiro momento, o documento discorre sobre a importância da inclusão do tema (diversidade sexual e de gênero) nos currículos e, em seguida, aborda sobre a postura do(a) docente\educador(a/e) e do sistema escolar ao tratar do assunto. Conforme os PCNs (1987), a diversidade sexual "invade a escola" (p. 292) a partir das manifestações comportamentais dos(as/es) educandos(as/es) e das suas convivências sociais. Não só isso, ela também se apresenta nos(as) profissionais/agentes escolares e "engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista" (PCN, 1987, p. 287).

Mesmo estando diante de documentos importantes que descolam a educação do lugar de desconhecimento sobre o debate sexual e de gênero, de acordo com as opiniões de Andrade (2012) e Santos (2019), a escola não deixa de ser um reflexo da sociedade

cis-heteronormativa. Assim, as instituições escolares atuam como “máquinas e transformam os alunos em cifras, em senhas” (ANDRADE, 2012, p. 221), ao passo que monitoram e produzem estratégias de controle que refletem a sociedade disciplinar e do controle (DELEUZE, 1992) marcada por proeminentes vestígios de pobreza, desigualdades sociais, racismo e LGBTfobia.

Os marcadores da diferença inundaram a escola com corpos e mentes diversas que, por sua vez, possibilitam emergir uma vastidão de preconceitos que já estavam arraigados na sociedade. As instituições escolares, tradicionalmente, estavam imbricadas com a salvaguarda da ordem e de seus dispositivos de autoridade e comando. Não só isso, o ensino dado em sala de aula deve ser continuado em outros sistemas, como a família e a igreja, visto que as regras sociais irão demarcar o nível de moral e civilidade das pessoas e reforçar normas cis-heteronormativas (ANDRADE, 2012; SANTOS, 2019).

Esses sistemas sociais, acentuando a escola, são contaminados por um pânico moral quando se trata de movimentações relativas ao gênero e a sexualidade (IRINEU, 2019). O pânico moral, enquanto ordenamento crucial para a execução do medo e repulsa coletiva aos corpos *queer*, diz respeito às ferramentas e métodos conservadores e reacionários que são resistentes no que concerne a mudanças sociais (RUBIN, 1989).

Em razão a esses desafios e tensões no cotidiano escolar e educacional, Louro (2001) propõe uma pedagogia *queer* que deve ser tão provocativa e subversiva quanto a sua fonte: a teoria *queer*. Para a autora, o campo da sexualidade, não esquecendo de enfatizar o local das identidades de gênero, perpassa por uma reviravolta epistemológica ao ser transbordado pelo pensamento *queer*. E isto decorre ao passo que essa teoria “provoca e perturba as formas convencionais de pensar e de conhecer” (LOURO, 2001, p. 551).

Deste modo, é necessário ultrapassar a ideia de que discutir as questões *queer* e, conseqüentemente, trans, é apenas inserir conteúdos ou temas sobre tais pessoas ou pensar em construções de “um ensino para sujeitos *queer*” (LOURO, 2001, p. 551). É

preciso, todavia, deslocar e descentralizar o currículo, já que uma pedagogia e um currículo *queer* não estão em conformidade com as normas estabelecidas ou convencionadas (LOURO, 2001). Dito isso, Louro (2001) destaca que:

Tal pedagogia não pode ser reconhecida como uma pedagogia do oprimido, como libertadora ou libertária. Ela escapa de enquadramentos. Evita operar com os dualismos, que acabam por manter a lógica da subordinação. Contrapõe-se, seguramente, à segregação e ao segredo experimentados pelos sujeitos ‘diferentes’, mas não propõe atividades para seu fortalecimento nem prescreve ações corretivas para aqueles que os hostilizam. Antes de pretender ter a resposta apaziguadora ou a solução que encerra os conflitos, quer discutir (e dismantelar) a lógica que construiu esse regime, a lógica que justifica a dissimulação, que mantém e fixa as posições de legitimidade e ilegitimidade (LOURO, 2001, p. 552).

A pedagogia e um currículo *queer* carregam em seus exercícios a incumbência de dialogar com todas as pessoas, incluindo as que são pertencentes a cis-heterossexualidade, e não exclusivamente a corpos que se apreendem enquanto *queer*. Essa pedagogia, para além de determinar, objetiva sugerir “o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência” (LOURO, 2001, p. 552).

Essa pedagogia *queer* é assimilada como uma incitação a fabricação de novas pedagogias interligadas com os debates inovadores sobre o gênero e a sexualidade e as e discussões que se oponham a “discursos normatizadores dos corpos, dos gêneros, da sexualidade, da identidade, das relações sociais, dos processos de ensino-aprendizagem e do pensamento” (DINIS, 2013, p. 10). Seus questionamentos tornam-se propositivos ao passo que “as questões insolúveis não cessam as discussões, mas, em vez disso, sugerem a busca de outras perspectivas, incitam a formulação de outras perguntas, provocam o posicionamento a partir de outro lugar” (LOURO, 2001, p. 552).

Sendo assim, ela possui suma importância para o território educacional tornando-se, portanto, uma valorosa dialogadora para a contemporaneidade, já que os conhecimentos acerca do “sujeito pedagógico” e “os métodos de ensino-aprendizagem” estão em crise (DINIS, 2013, p. 10). Isto é, o conhecimento sobre os ordenamentos de

gênero e sexualidade, que eram tão estáveis em outrora (a partir de determinantes cis-heteronormativos e sexistas) se encontram em um terreno instável, onde as incertezas tomaram o lugar das certezas canônicas (LOURO, 2001).

O processo de aprendizagem, bem como os seus ciclos, não deve se limitar às salas de aulas ou quaisquer outros recintos escolares. Necessitam, pois, transcender os muros, quebrantar as barreiras e “chegar onde @s alun@s estão, nos lugares de socialização, onde se vive e se pode aprender” (DIAS; MENEZES, 2017, p. 39). Deste modo, implementar uma pedagogia *queer* nos ambientes escolares é, também, arquitetar um currículo como vida (SOUSA, 2012) cujo processo de socialização seja atravessado pelos liames das identidades e subjetividades de forma descentralizada (DIAS; MENEZES, 2017).

É salutar destacar que um currículo neutro, plano, acaba por se tornar um recurso para a manutenção de privilégios e da “perpetuação de relações sociais assimétricas, pela hegemonia e dominação de determinados grupos (culturais, econômicos, raciais, etc.) sobre outros” (SOUSA, 2012, p. 20). Em contraste, o currículo como vida “olha para a escola com desconfiança, se ela não for capaz de enfrentar os verdadeiros problemas que a humanidade atravessa e não fizer algo para os debelar” (SOUSA, 2012, p. 20).

É importante que o currículo seja indagado e reconceitualizado, objetivando refletir sobre quais pessoas estão sendo contempladas (visíveis e formadas), ou se o investimento do currículo está apenas a favor de uma escolarização, generificação, disciplinarização e invisibilização dos corpos (LOURO, 2001; SOUSA, 2012; DIAS; MENEZES, 2017). Sobre isso, Dias e Menezes (2017) reafirmam:

Não nos interessa pensar o currículo a partir de um único lugar, perspectiva e/ou de uma possível neutralidade. Mas sim, o currículo que acontece nas salas de aula, nas vivências do dia a dia, como um ato político cultural (SILVA, 2013), onde as simetrias, androcentrismo, sexismo, racismo e o heterossexismo passem a ser desprivilegiados a partir da perspectiva da diferença. A escola, por si só, já é diversa. O que nos interessa é o que fazemos com a diferença (DIAS; MENEZES, 2017, p. 39, 40).

Pensar na pedagogia e em um currículo *queer* é trazer à superfície corpos que desossam, borram e que consternam as normas cis-heteronormativas. Esses(as) agentes, historicamente, foram obliterados(as/es) quando falava-se nos aprendizados escolares. Essa pedagogia permite que as agências se inclinem para a reflexão e compreensão da diversidade, daquilo que, desde sempre, fora pautado como diferença e, sobretudo, para a transformação dos aparatos de dominação do gênero e da sexualidade (DIAS; MENEZES, 2017). Trata-se, bem como, da libertação da opressão hetero-cisgênera das pessoas transgêneras, dissidentes das normas, *queer* e transviados(as/es).

Propor uma pedagogia e um currículo *queer* representa abordar questionamentos sobre fundamentos cruciais para uma socialização e convívios saudáveis pautados na cidadania e em seus valores de equidade social, fundamentais para a transformação da sociedade. Proporciona, outrossim, a abertura para temas diversos como: classe social, raça e etnicidade, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, diversidade cultural, direitos humanos, entre outros que urgem por visibilidade na educação básica (DIAS; MENEZES, 2017).

Como reitera Miskolci (2021), o pensamento *queer* na educação é relativo a tencionar a escola a valorizar as diferenças. Trata-se de uma “educação que não impusesse modelos preestabelecidos de ser, de se compreender e de classificar uns aos outros” (p. 57).

Essa pedagogia, como também a educação e o currículo *queer*, advoga por um sistema educacional que não produza normalizações biopolíticas e que subverta a história que narra corpos trans-*queer* apenas pelo ângulo da injustiça e da desigualdade (MISKOLCI, 2021). Logo, é fundamental que seja ampliado o olhar para as produções

sociais de silenciamentos e invisibilidades que promovem uma “engenharia de produção dos corpos normais” (BENTO, 2011, p. 556) que pode ser aplicada como um sustento para a neutralidade do currículo, cuja discussão já fora apresentada em parágrafos anteriores.

É importante indagar: Por que uma pedagogia e um currículo *queer*? Quais corpos são visíveis nas escolas? Quais são as pessoas condenadas à exclusão e ao apagamento nos currículos e nos modelos de aprendizagem? Essas interrogações reiteram qual deve ser o escopo dessa pedagogia: introduzir dúvidas e incertezas nas relações normativas e disciplinares ao questionar os saberes e os corpos (CÉSAR, 2012). Suas razões estão contidas nas considerações de César (2012, p. 352) que alerta que: “[...] na escola, em nome da racionalidade e da ciência, se produziu uma história de normalização, exclusão e violência em torno dos saberes, dos corpos e dos sujeitos”.

Em suma, ser *trans-queer* em um sistema escolar que, historicamente, vem se dedicando a defesa das normas cis-heteronormativas é ser "terrorista do gênero" (CÉSAR, 2012, p. 355). E ser terrorista, ao contrário do sentido negativo que a palavra carrega, para a discussão aqui proposta, possui um caráter libertador que retira a pessoa de uma sociedade centrada na norma e nas relações de poder que, insistente e violentamente, busca devolver corpos diversos à hetero-cisnormatividade.

A discussão proposta neste artigo possui a inclinação de retomar as indagações sobre a produção e as representações sociais da transgeneridade enquanto um elemento *queer* ou transviado. É para além de apresentar duros dados sobre violências, morte, transfeminicídio e/ou reiterar que a maioria das pessoas trans assassinadas possuem idade média de 35 anos (ANTRA, 2022).

Buscou-se refletir, no entanto, sobre as razões e motivações que colocam a escola, seus(uas) agentes e currículos, como o centro de discussões que substituem a concepção da evasão escolar, de corpos trans, por expulsão sistêmica e arquitetada pelos

tensionamentos dos sistemas sociais que sentem-se afrontados pela diversidade trans, *queer* e/ou transviada.

Considerações Finais

Diante do exposto, conclui-se, a partir das considerações teóricas abordadas nesta literatura, que as normatizações, tão impositivas, são preponderantes quando concerne a modelagem de existências por paradigmas de gênero e sexualidade - fundamentados na cis-heteronormatividade compulsória - que se alastram por todos os sistemas sociais, incluindo um pacto cis-heteronormativo.

Assim sendo, argumentos foram evidenciados ao decorrer do texto sobre as razões que colocam a teoria *queer* como uma base fundamental para que, através de seu caráter subversivo, perturbador e questionador das normas sociais vigentes, a rota não seja apenas inflexibilizada, mas também refeita e alicerçada considerando os meandros de corpos que são tão massacrados por essas fabricações cis-heteronormativas.

Pensar em uma pedagogia e em um currículo precedente da teoria *queer*, é buscar promover rotinas e espaços de convivência saudáveis para os corpos trans no ambiente escolar. É ambicionar uma escola aberta para todas as pessoas e que não esteja assentada em normatizações violentas. É, sobretudo, apetecer por uma instituição escolar de vanguarda, *queer* e transviada.

Agradecimentos

Agradecemos a CAPES pelo incentivo e fomento às pesquisas da primeira autora, também pesquisadora do campo, deste artigo.

Referências

- ANDRADE, L. N. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. CDD 371.826642098131. Disponível em: [Repositório Institucional UFC: Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa](#). Acesso em: 6 jun. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016:** as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021.** Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Nota ANTRA: cotas nas universidades para pessoas trans.** 2022. Disponível em: [NOTA DA ANTRA SOBRE COTAS E RESERVAS DE VAGAS EM UNIVERSIDADES DESTINADAS ÀS PESSOAS TRANS](#). Acesso em: 17 jun. 2024.
- BENTO, B. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, 2011. Disponível em: [Vista do Na escola se aprende que a diferença faz a diferença](#). Acesso em: 28 mar. 2018.
- BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos.** Salvador: EDUFBA, 2017.
- BONASSI, B. C. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.** 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: [<Cisnorma, Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero - Brune Bonassi.pdf>](#). Acesso em: 28 mar. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares Nacionais: Orientação Sexual:** MEC, 1987.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural.** Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília: SEDH, 2009.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos– PNDH-3.** Brasília: SEDH, 2010.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. **What is Critique? An Essay on Foucault's Virtue.** In: IN David Ingram (org). *The Political: Readings in Continental Philosophy*, Londres: Basil Blackwell, currículo, 2002.

- CÉSAR, M. R. A. **A diferença no currículo ou intervenções para uma pedagogia Queer.** Revista Educação Temática Digital, Campinas, v.14, n. 1, p .351-362, 2012. Disponível em: [A diferença no currículo ou intervenções para uma pedagogia Queer](#). Acesso em: 29 jun. 2023.
- DELEUZE, G. **Conversações.** Tradução de Peter PálPelbart. Rio de Janeiro: Edições 34, 1992.
- DIAS, A. F.; MENEZES, C. A. A. **Que inovação pedagógica a pedagogia queer propõe ao currículo escolar?** Revista Tempos e Espaços em Educação, São Cristóvão, v. 10, n. 23, p. 37-48, 2017. Disponível em: [Que inovação pedagógica a pedagogia queer propõe ao currículo escolar? | Revista Tempos e Espaços em Educação](#). Acesso em: 29 jun. 2023.
- DINIS, N. F. **POR UMA PEDAGOGIA QUEER.** Itinerarius Reflectionis, Jataí, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2013. Disponível em: [Vista do POR UMA PEDAGOGIA QUEER](#). Acesso em: 02 jul. 2023.
- IAZZETTI, B. D.; PFEIL, B. L.; PFEIL, C. L.; MEDEIROS, M. **Entre apagamentos e transgressões: os desafios das transmasculinidades em escolas e universidades.** In Mapeamento educacional das transmasculinidades no brasil. Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). Revista Estudos Transviades, v. 4 n. 7, [edição especial], Junho, 2023. Disponível em: [<REVISTA ESTUDOS TRANSVIADES \[V. 4, N. 7 JUN/2023, EDIÇÃO ESPECIAL\] – MAPEAMENTO EDUCACIONAL DE TRANSMASCULINIDADES NO BRASIL>](#). Acesso em: 02 jun. 2024.
- IRINEU, B. A. **Nas tramas da política pública LGBT: um estudo crítico acerca da experiência brasileira (2003-2015).** 1. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2019.
- JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília, 2012. 42p.: il. (algumas color.). Disponível em: [<ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO CONCEITOS E TERMOS>](#). Acesso em: 02 jul. 2023.
- JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia nas escolas: um problema de todos.** In: Rogério Diniz Junqueira (Org.). Diversidade Sexual na escola: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO, 2009.
- LOURO, G. L. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: [TEORIA QUEER - UMA POLÍTICA PÓS-IDENTITÁRIA PARA A EDUCAÇÃO](#). Acesso em: 02 jul. 2023.
- LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis: Vozes, 2003.
- NERY, J. W. **Velhice transviada: memórias e reflexões.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo horizonte: Autêntica, 2021.
- PEREIRA, L. **Apresentação: Maria Clara Araújo escurece para deixar transparente.** In: Pedagogias das travestilidades. PASSOS, M. C. A (org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PEREIRA, P. P. G. **Queer decolonial**: quando as teorias viajam. Contemporânea, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 411-437, 2015. Disponível em: [\(PDF\) Queer decolonial: quando as teorias viajam](#). Acesso em: 30 jun. 2023.

REDE TRANS BRASIL. **Manual para docentes, especialistas e gestão escolar para trabalhar a inclusão e a permanência de estudantes lgbtqia+ na educação básica**. Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Org.). Uberlândia: Travessia, 2022.

RUBIN, G. **Reflexionando sobre el sexo**: notas para una teoría radical de la sexualidade. In: Carole Vance (Org.). Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina. Madrid: Revolución Madrid, 1989.

RUSSO, M. **Apenas uma garota**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2016.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2019.

SALVADOR, N. C.; OLIVEIRA, A. J.; FRANCO, N. **Fracasso, evasão e abandono escolar de pessoas trans**: algumas reflexões necessárias. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 30, n. jan/dez, p. 1–18, 2021. Disponível em: [FRACASSO, EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR DE PESSOAS TRANS: ALGUMAS REFLEXÕES NECESSÁRIAS | Revista de Educação Pública](#). Acesso em: 29 jun. 2023.

SANTOS, D. L. L. **Sobrevivi para contar**: experiências escolares transgêneras na educação de jovens, adultos e idosos (EJAI). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <[RI UFPE: Sobrevivi para contar : experiências escolares transgêneras na educação de jovens, adultos e idosos \(EJAI\)](#)>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SANTOS, K. S.; OLIVEIRA, Y. S.; SOUZA, R. M. V. Percorrendo a origem, ascensão e evolução da Teoria *Queer*. In: XXXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 02., 2018, Joinville, SC. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo, SP: **Intercom**, 2018. p. 1-13. Disponível em: [Percorrendo a origem, ascensão e evolução da Teoria Queer ¹](#). Acesso em: 06 abr. 2023.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUSA, J. M. **Currículo como vida**. In PARAÍSO, M. A.; VILELA, R. A.; SALES, S. R. (Orgs.). Desafios contemporâneos sobre currículo e escola básica. Curitiba: Editora CRV, 2012.

SPIVAK, G. C. V. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFviviG, 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA. **Tipos de revisão da literatura**. FCA-UNESP, 2015. Disponível em: [TIPOS DE REVISÃO DE LITERATURA | FCA/Unesp](#). Acesso em: 29 jun. 2023.

**The Meanders of *Queer* Theory and the Urgency of a Hospitable School Field to
Trans Precisions: Narrative Review of the State of the Art**

Abstract: By highlighting the school as a field for the development of concepts and disciplines, there are theoretical points regarding the humiliations and violations faced by transgender bodies and situations that contribute to the failure and dropout of this population. With that in mind, this article sought to understand the contributions of queer theory in restructuring concepts and pedagogical practices, aiming to promote a more hospitable and inclusive school environment for transgender individuals. For its development, a narrative research was conducted using databases (Scielo, Google Scholar, CAPES thesis & dissertation catalog, and university libraries), books, and book chapters on queer theory, transgender issues, and education, along with an analysis of literary material. The discussion was divided into three topics: first, it addressed the intricacies of queer theory from both classical and Brazilian theorists. Second, it presented dialogues on transgender issues and the school environment as a reproducer of cis-heteronormative foundations. Lastly, it discussed the curriculum and its implications, proposing a pedagogy grounded in queer theory. Queer theorists argue that the school environment often perpetuates heteroterrorism, making it one of the most violent places for children who do not conform to cis-heteronormativity. Queer pedagogy, as well as queer curriculum, advocates for an educational system that does not produce biopolitical normalizations and subverts the narrative that views trans-queer bodies only through the lens of injustice and inequality. Thus, it becomes clear that queer theory, through its questioning of existing social norms, sees the need for inflexibility in social systems, considering the diversity of individuals who are oppressed by cis-heteronormative fabrications.

Keywords: Inclusion in Education. Gender Diversity. Curriculum. Trans People. Social Discrimination.

Recebido: 01/09/2023

Aceito: 09/06/2024